

Dívida Pública

A Crise Financeira da Prefeitura

João Carlos Araújo/CPM

Nas duas últimas décadas, a urbanização acelerada, a centralização de recursos nas mãos da união e a fraca base tributária de Salvador levaram as finanças municipais a um desempenho negativo. Não se modernizou a arrecadação, não se atualizou o cadastro de contribuinte, nem se taxou munícipes, face ao "custo político" aí implicado. Vivia-se a era das transferências. Nem a Constituição de 1988 conseguiu reverter esse quadro. Resultado: o déficit orçamentário crônico vem sendo financiado por operações de crédito e dívidas a fornecedores e empreiteiros. O dispêndio com a dívida chegou a 40% das despesas em 1987 e caminha para um impasse após a rolagem ou repactuação conseguida.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é chamar a atenção para a situação financeira da Prefeitura de Salvador, um aspecto pouco transparente para o público e, devido às dificuldades de informação, até para parte da administração municipal.

Não cabe, evidentemente, nos limites de um artigo, um diagnóstico da situação financeira da Prefeitura de Salvador. O que se busca é alertar para a crise em que ela se encontra e que poderá inviabilizar o esforço de Planejamento que se inicia com o Centro do Planejamento Municipal – CPM.

O artigo procura caracterizar a crise financeira da Prefeitura explorando o seu endividamento, buscando na análise da estrutura da receita, identificar a evolução das fontes de financiamento e as origens da crise do ponto de vista da receita. A análise da crise financeira da Prefeitura não aborda, portanto, os gastos, sua evolução e composição, que, em última instância, é o reverso da mesma, ficando esse assunto para outra oportunidade.

2. ANTECEDENTES

Para se tratar da atual crise financeira da Prefeitura Municipal de Salvador é necessário retroceder no tempo e recuperar sua origem e causas, que não se restringem à má administração financeira. Esta é, no entanto, um dos seus elementos relevantes.

Os dados abrangem um período de 15 anos, de 1975 a 1989, não refletindo ainda a atual administração, que se iniciou em janeiro de 1989 com um orçamento e recursos ainda limitados pela gestão anterior.

O primeiro elemento para se entender esta crise é o processo de concentração de recursos públicos em mãos do Governo Federal, instituído pela Constituição de 1967.

A Revolução de 1964, como é sabido, tinha um projeto de desenvolvimento e modernização do País, onde a estabilização foi inicialmente meta prioritária e condição para o desenvolvimento. Ao contrário da política neoliberal do Governo Collor, o Estado foi o principal agente do desenvolvimento.

Segundo a avaliação dos teóricos e ideólogos da Revolução, os empresários capitalistas brasileiros, enquanto classe, tinham sido incapazes, historicamente, de liderar o processo de industrialização e levar o Brasil a um estágio de desenvolvimento que o situasse

entre os países do Primeiro Mundo. Isto deveria ser tarefa do Estado.

Para cumprir este papel e realizar os investimentos requeridos para continuar e completar o processo de industrialização, foi realizada uma reforma fiscal que modernizava o sistema ao tempo em que centralizava os recursos e decisões. Evitava-se com isto, dissensões ao projeto por parte dos Governos Estaduais e Municipais.

A Constituição de 1967 iria ampliar a dependência dos Municípios das transferências, levando-os à prática da barganha por mais recursos, incluindo aí os recursos a fundo perdido e os financiamentos nos diversos fundos instituídos.

Entre 1975 e 1983, os recursos transferidos representaram no caso de Salvador, em média 34%, ou 1/3 do total dos recursos. A situação de dependência perdurou após o período do Regime Militar, quando agravou-se em função das pressões dos municípios por uma melhor distribuição dos recursos entre os três níveis de Governo. No período 1984 a 1987 o percentual médio das transferências ampliou-se para 41%.

Esta situação só se modificou, do ponto de vista legal, com a Constituição de 1988, que estabeleceu as bases para uma maior independência dos Municípios, através da criação de dois novos impostos: o Imposto sobre a Transmissão

(*) João Carlos Araújo é economista e técnico da Gerência de Desenvolvimento Municipal.

Inter Vivos de Bens Imóveis e o Imposto sobre a Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos; além de uma maior descentralização dos recursos, ampliando a participação dos municípios na repartição da receita tributária. Os percentuais de formação do Fundo de Participação dos Municípios aumentaram de 16% para 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto Sobre Produtos Industrializados. A cota-parte do ICMS transferido do Estado aos Municípios passou de 20% para 25% e foi criada a cota-parte do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

Outro fator que temos de levar em consideração é a arrecadação tributária deficiente aliada à fraca base econômica de Salvador.

A estratégia utilizada no processo de industrialização da Região Metropolitana de Salvador, iniciado de maneira incipiente já nos anos 50, com o advento da Petrobrás e desenvolvido posteriormente com o CIA e o COPEC, levou as indústrias a localizarem-se fora do município.

Embora esse processo fosse gerador inegável de desenvolvimento econômico, vindo a modernizar, concentrar e induzir a localização do comércio e dos serviços de Salvador, dele resultou um aspecto negativo: maior atração dos fluxos migratórios para a cidade.

O assentamento da população que participou das obras de construção civil e de instalação das indústrias somado aos trabalhadores qualificados com nível de renda mais elevado que optaram por morar em Salvador, atraídos pela sua estrutura urbana, gerou uma demanda de serviços públicos sem a correspondente elevação da arrecadação.

Este descompasso entre a demanda da população e a capacidade do poder público em atendê-la atingiu de uma maneira geral os municípios brasileiros, tendo em vista o processo acelerado de urbanização por que passou o País como resultado do modelo econômico adotado.

O caso de Salvador foi agravado pela sua peculiar situação de abrigar essa população sem a contrapartida do desenvolvimento de atividades produtivas na área do município.

O processo de urbanização acelerado, a centralização dos recursos nas mãos da União e a situação desfavorável de Salvador, com sua fraca base tributária, levaram as finanças municipais a um desempenho negativo.

Este processo gerou, paralelamente, um comportamento de relaxamento na cobrança dos tributos próprios do município. A maior dependência dos recursos transferidos e, no caso das capitais, uma subordinação direta ao Governo Estadual, que indicava o Prefeito e realizava importantes investimentos, fez com que não se desse a devida importância à cobrança dos impostos e taxas municipais. Esta cobrança implicava em manter uma estrutura envolvendo atualização de cadastros e fiscalização, além do custo político de taxar os próprios munícipes. Apesar de nomeado e, no caso das grandes cidades, estar menos sujeito às pressões da população, o Prefeito não estava imune a elas, sendo mais fácil pressionar por aumento das transferências.

3. CARACTERIZAÇÃO DA CRISE

Embora a Constituição de 1988

tenha no seu espírito o objetivo de descentralizar recursos e possibilitar maior autonomia municipal, pode-se dizer que ela não foi capaz de reverter o quadro da receita em termos reais em Salvador.

Apesar da inclusão de novos tributos e do aumento dos percentuais do Fundo de Participação dos Municípios e da Cota-Parte do ICMS, o município encontrava-se, em 1989, em um patamar inferior ao de 1986.

A receita total, inclusive as operações de crédito e transferências caiu 6% de 1986 a 1989 (vide quadro 1). As receitas correntes, onde não estão incluídas as operações de crédito, tem uma queda de 16% e as receitas próprias, onde se excluem as transferências, tem uma queda de 34%. Este quadro mostra também que as operações de crédito, e as transferências reduziram a queda da receita total, o que indica uma má performance da receita própria da Prefeitura de Salvador.

Existem indicações óbvias da crise financeira do município, como a baixa oferta de serviços públicos, a má qualidade dos mesmos e os baixos salários do funcionalismo municipal com atrasos sistemáticos no pagamento. Embora óbvias, estas indicações, além de difícil quantificação poderiam ser atribuídas em parte a fatores conjunturais.

Serão utilizados alguns indicadores financeiros, extraídos dos balanços, para mostrar a existência e o agravamento desta crise nos últimos anos.

Analisando-se o Quadro 2 constata-se a existência de um déficit orçamentário crônico ao longo dos últimos 15 anos, que vem sendo financiado através de operações de crédito pelo sistema bancário ou através de dívidas contraídas com fornecedores e em preiteiras.



QUADRO 1
 PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
 1986/89

VALORES REAIS DE 1990 EM Cr\$ 1 MIL

ANOS	RECEITA TOTAL		RECEITA CORRENTE		RECEITAS PRÓPRIAS	
	VALOR	Nº ÍNDICE	VALOR	Nº ÍNDICE	VALOR	Nº ÍNDICE
1986	642.360,2	100	511.378,0	100	204.014,9	100
1987	898.466,1	140	430.985,3	84	172.765,6	85
1988	873.345,5	136	579.187,3	113	383.105,8	187
1989	606.206,4	94	379.328,5	74	134.666,4	66

FONTE: Plano de Ação Financeira – Secretaria de Finanças
 Cálculos: CPM/GEDEM

QUADRO 2
 PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
 EVOLUÇÃO DO DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO
 1975/89

VALORES REAIS DE 1989⁽¹⁾ EM Cr\$ 1 MIL

ANO	TOTAL DA RECEITA (A)	TOTAL DA DESPESA (B)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (C)	SALDO ORÇA- MENTÁRIO REAL (D = A - (B + C))
1975	226.029,6	267.967,3	29.856,6	(71.794,3)
1976	249.768,5	277.559,8	6.192,3	(33.983,6)
1977	294.740,1	279.556,6	17.623,2	(2.439,7)
1978	337.151,4	372.940,9	14.835,3	(50.624,8)
1979	341.941,4	353.701,0	40.275,8	(52.035,4)
1980	356.846,0	394.896,8	34.756,7	(72.807,5)
1981	426.192,9	402.739,6	115.706,8	(92.253,5)
1982	497.904,2	524.954,1	115.693,0	(142.742,9)
1983	456.788,7	444.089,2	69.857,9	(57.158,4)
1984	371.157,1	382.079,7	732,2	(11.654,8)
1985	471.613,9	540.400,4	6.775,6	(75.562,1)
1986	642.360,2	687.609,9	45.547,7	(90.797,4)
1987	898.466,1	870.076,9	411.894,9	(383.505,7)
1988	873.345,5	930.983,1	190.153,0	(247.788,6)
1989	606.206,4	686.171,6	200.771,5	(280.736,7)

FONTE: 1975 a 1985 – CONDER – Projeto Metropolitano
 1986 a 1989 – Plano de Ação Financeira – Sec. Finanças
 Cálculos – CPM/GEDEM

(1) Até 1985 os valores estão atualizados para agosto/1989 (CONDER) e 1986 a 1989 atualizados pela média anual do IGP/DI da FGV para 1989.



O indicador do endividamento relaciona a Dívida Real à Receita Líquida e mostra a dimensão que vai tomando o estoque da Dívida em relação aos recursos da Prefeitura.

O Quadro 3 mostra um crescimento maior da Dívida em relação à

Receita Líquida que alcançou, em 1989, 4,5 vezes a Receita Líquida Anual da Prefeitura.

Deve-se ressaltar que operações de "empréstimo" das empreiteiras Sêrvia e Engepar, cuja legalidade é contestada pela atual administração, não

estão contabilizadas como dívida, não se conhecendo o seu montante.

O indicador do comprometimento da receita (Quadro 4) relaciona operações de crédito e receita líquida, mostrando o quanto representam, ou quanto depende a receita da Prefeitura de empréstimo.

QUADRO 3
PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

VALORES REAIS DE 1989 EM Cr\$ 1 MIL

ANO	DÍVIDA REAL (A)	(1) RECEITA LÍQUIDA (B)	A/B
1986	222.040,3	596.812,5	37%
1987	976.880,2	486.571,2	200%
1988	1.501.576,4	683.192,5	220%
1989	1.838.132,2	405.434,9	453%

FONTE: Plano de Ação Financeira – SEFAZ
Cálculos – CPM/GEDEM

(1) Receita Total menos Operações de Crédito

Tomando-se esses valores em anos alternados, e os últimos anos a partir de 1986, nota-se que existe uma variação muito grande no comprometimento da receita com empréstimos. Nos últimos quatro anos disponíveis há um aumento da participação dos empréstimos na Receita Líquida, chegando em 1987 a 84,6% e, em 1989, a aproximadamente 50%.

O indicador do dispêndio da dívida procura mostrar quanto do conjunto das despesas realizadas pela Prefeitura está sendo destinado a cobrir o serviço da dívida, incluindo a amortização.

A política econômica do Governo Collor tem como prioridade o combate à inflação através da redução do déficit público e de uma política de arrocho monetário e fiscal. Os resultados desta política são restrições ao crédito, pressões para pagamento de dívidas que tenham o aval ou foram contraídas com a União e, como efeito colateral, o agravamento do quadro recessivo, afetando os impostos e transferências que tenham como base a produção e a renda.

Este quadro, logicamente, obriga a Prefeitura a desenvolver ações urgentes para recuperar e ampliar as suas fontes

Os dispêndios com a dívida situavam-se no início da série disponível e em patamares razoáveis, embora crescentes, chegando em 1987 a representar 40% do total da despesa, caindo nos dois anos seguintes. Como o estoque da dívida continuou a crescer, os dispêndios com a mesma deveriam crescer. O fato disto não ter acontecido significa que a Prefeitura conseguiu adiar o seu pagamento através da rolagem ou do repactuação dos prazos. Embora a Prefeitura venha conseguindo a rolagem da dívida, esta situação caminha num horizonte próximo para um impasse.

de recursos próprios para não chegar a uma situação de caos financeiro e inadimplência generalizada.

3. ESTRUTURA DA RECEITA

Dentro deste quadro de crise, serão analisados os componentes da receita para identificar o comportamento das três fontes principais de financiamento da Prefeitura: recursos próprios (considerando o IPTU e o ISS), as transferências correntes e de capital e as operações de crédito.

A análise das fontes de recursos

Esta situação leva a Prefeitura a contrair dívidas para pagar dívidas, num processo continuamente realimentado pelos encargos. Este processo tem o seu limite na capacidade legal de endividamento estabelecida pelo Banco Central segundo as diretrizes da política monetária e determinações institucionais tomadas pelo Congresso Nacional e Câmara de Vereadores através de parâmetros políticos. A partir desse ponto o endividamento passa a crescer por mecanismos não financeiros, como atraso no pagamento de fornecedores e no pagamento da folha de pessoal da Prefeitura.

da Prefeitura nos últimos 15 anos aponta uma clara tendência de redução contínua dos recursos próprios como fonte de financiamento. Os impostos cuja responsabilidade de cobrança é da Prefeitura vêm perdendo participação, mostrando, no caso do IPTU, uma enorme perda em participação relativa e também em valor real, chegando a diminuir 65% deste em 1989.

O IPTU reduz sua participação de 13,4% em 1975, para 1,5% em 1989, e o ISS de 21,4% para 12,0% em igual período. (Ver Quadros 7 e 8).

QUADRO 4
PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
EVOLUÇÃO DO COMPROMETIMENTO DA RECEITA
1975/89

VALORES REAIS DE 1989⁽¹⁾ EM Cr\$ 1 MIL

ANO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (A)	RECEITA LÍQUIDA (B)	A/B (%)
1975	29.856,6	196.173,0	15,2
1978	14.835,3	322.316,0	4,6
1981	115.706,8	310.486,1	37,3
1984	732,2	370.424,9	0,0
1986	45.547,7	596.812,5	7,6
1987	411.894,9	486.571,2	84,6
1988	190.153,0	683.192,5	27,8
1989	200.771,5	405.434,9	49,5

FONTE: CONDER - Projeto Metropolitano
SEFAZ/PMS - Plano de Ação Municipal

(1) Valores até 1984 atualizados pelo IGP/DI da FGV para agosto/1989 e de 1986 a 1989 pela média anual do IGP/DI para 1989

QUADRO 5
PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
EVOLUÇÃO DO DISPÊNDIO DA DÍVIDA A/B
1975 e 1978/1989

VALORES REAIS DE 1989 EM Cr\$ 1 MIL

ANO	TOTAL DA DESPESA (A)	ENCARGOS + AMORTIZAÇÕES (B)	B/A (%)
1975	267.967,3	9.011,9	3,3
1978	372.940,9	15.375,5	4,1
1981	402.739,6	23.991,3	6,0
1984	382.079,7	62.120,4	16,2
1986	687.609,9	32.289,3	4,7
1987	870.076,9	355.506,4	40,8
1988	930.983,1	113.637,4	12,2
1989	686.171,6	53.242,0	7,7

FONTE: 1975 a 1985 – CONDER – Projeto Metropolitano

1986 a 1989 – Plano de Ação Financeira – SEFAZ/PMS

Cálculos: CPM/GEDEM

QUADRO 6
PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
PARTICIPAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO NA RECEITA
SALVADOR – 1975/89

VALORES REAIS DE 1989 EM Cr\$ 1 MIL

FONTES DE FINANCIAMENTO						
ANO	RECURSOS PRÓPRIOS			TRANSFE- RÊNCIAS	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	TOTAL PARCIAL
	IPTU	ISS	SUB-TOTAL			
1975	13,4	21,4	34,8	37,6	13,2	85,6
1976	14,6	21,7	36,3	46,4	2,5	85,2
1977	12,9	17,7	30,6	44,4	6,0	81,0
1978	12,4	18,9	31,3	45,9	4,4	81,6
1979	10,6	19,7	30,3	44,4	11,9	86,6
1980	10,5	17,0	27,5	39,6	9,7	76,8
1981	9,5	13,8	23,3	35,2	27,2	85,7
1982	9,0	12,8	21,8	32,5	23,2	77,5
1983	6,8	11,5	18,3	42,4	15,3	76,1
1984	8,3	13,5	21,8	70,6	0,2	92,6
1985	7,8	12,2	20,0	64,9	1,4	86,3
1986	8,0	15,9	23,9	52,3	7,1	83,3
1987	4,4	9,3	13,7	32,4	45,8	91,9
1988	3,0	8,8	11,8	25,3	21,8	58,9
1989	1,5	12,0	13,5	41,5	33,1	88,1
MÉDIA			23,9	43,7	14,8	

FONTE: CONDER – Projeto Metropolitano
SEFAZ – Plano de Ação Financeira

QUADRO 7

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR

EVOLUÇÃO DO IPTU – SALVADOR 1975/90

VALOR REAL A PREÇOS DE 1990 EM Cr\$ 1 MIL

ANO	VALOR NOMINAL	VALOR REAL A PREÇOS DE 1990	VARIAÇÃO ANUAL %
1975	43.710	1.076.497.826	–
1976	75.131	1.272.108.700	18,2
1977	110.985	1.326.482.920	4,2
1978	169.893	1.469.683.862	10,8
1979	226.987	1.263.555.776	(14,0)
1980	469.469	1.271.838.467	0,6
1981	1.063.245	1.440.218.514	13,2
1982	2.494.570	1.689.509.896	17,3
1983	4.086.074	1.071.249.974	(36,6)
1984	12.912.283	904.672.392	(15,3)
1985	50.405.423	1.256.625.744	38,9
1986	137.827	1.416.134.631	12,7
1987	341.126	1.066.319.625	(24,7)
1988	1.790.488	720.387.605	(32,4)
1989	8.928	253.533.524	(64,8)

FONTE: CONDER – Projeto Metropolitano

SEFAZ – Balanços Anuais

NOTA: Valor real calculado pelo valor médio anual do IGP-DI da FGV.

QUADRO 8

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR

EVOLUÇÃO DO ISS – SALVADOR 1975/89

VALORES REAIS DE 1990 EM Cr\$ 1 MIL

ANO	VALOR NOMINAL	VALOR REAL	VARIAÇÃO ANUAL %
1975	69.733	1.717.397.001	–
1976	112.139	1.898.723.530	10,6
1977	151.944	1.816.021.271	(4,3)
1978	259.631	2.244.786.190	23,6
1979	421.799	2.348.004.788	4,6
1980	761.869	2.063.979.307	(12,1)
1981	1.551.963	2.102.211.481	1,8
1982	3.288.426	2.227.168.719	5,9
1983	6.852.282	1.976.469.402	(19,3)
1984	21.024.556	1.473.042.016	(18,0)
1985	78.755.353	1.963.399.907	33,3
1986	273.680	2.811.988.926	43,2
1987	729.470	2.280.239.967	(18,9)
1988	5.299.712	2.132.294.028	(6,5)
1989	72.708	2.064.713.982	(3,2)

FONTE: CONDER – Projeto Metropolitano

Balanços Anuais – SEFAZ

NOTA: Valor real calculado pelo valor médio anual do IGP-DI da FGV.

O IPTU, imposto sobre a propriedade, não apresenta justificativa para queda real numa cidade com um grande crescimento urbano como Salvador, a não ser má administração e a pouca importância dada às fontes próprias de recursos.

O ISS depende em maior grau da conjuntura econômica e apresenta uma queda entre 1980 e 1983 que pode ser associada ao período recessivo.

As transferências foram responsáveis em média no período por 43,7% do total da receita, sendo a mais importante fonte de recursos para a Prefeitura. Elas estão sujeitas igualmente a variações no nível da atividade econômica, já que estão vinculadas à arrecadação do Imposto de Renda, do Imposto Sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

As operações de crédito, mesmo apresentando grandes variações no período, cobriram em média 14,8% da receita, e representam a rubrica menos expressiva. Entre 1981 a 1983, o crédito foi utilizado para cobrir a queda do ISS e das Transferências, provocada pela crise, o mesmo ocorrendo nos últimos três anos.

Segundo o trabalho "DIMENSÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA" vinculado ao estudo "ALTERNATIVAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS

DA RMS" realizado pela CONDER/CETead em 1986, o endividamento dos municípios da RMS cobriam 13% dos orçamentos e eram considerados dentro do padrão verificado no Brasil.

Segundo o estudo, este nível de endividamento "significa muito mais para os municípios contrabalancearem desajustes momentâneos noutros itens da receita do que investir pesadamente em setores sociais".

Observando os últimos três anos, as operações de crédito fogem a este comportamento, verificado até 1986, passando então a representar, em 1987, quase 50% do total da receita. Isto pode ser relacionado com os pesados investimentos feitos na Infra-Estrutura de Transportes e FAEC sem uma contrapartida na melhoria da arrecadação.

Os recursos próprios estão longe de poder financiar os gastos da Prefeitura, apenas 13,5% em 1989, continuando esta a depender das transferências (que como vimos, foram aumentadas com a Nova Constituição) e cada vez mais do financiamento bancário. Em 1975 os recursos próprios representavam 34,8% da receita, as operações de crédito 13,2% e as transferências 37,8%. Em 1984, estas relações se inverteram, as operações de crédito passando a representar 33,1%, os recursos próprios 13,5%, e as transferências

41,5%.

A dependência crescente de empréstimos bancários sujeita a Prefeitura às sérias restrições da política monetária e ao pagamento de um alto custo financeiro, comprometendo de forma crescente a sua receita.

A evidente dificuldade da Prefeitura administrar os seus impostos, como apontado pelo estudo mencionado da CONDER/CETead, continua atual, dando prosseguimento à sua forte dependência de transferências e de empréstimos bancários.

Torna-se necessário seu saneamento financeiro, até para ampliar sua capacidade de endividamento e assim retomar sua capacidade de investimento. ■

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

- CONDER, Alternativas Políticas Institucionais para a Região Metropolitana de Salvador - Dimensão Administrativa-Financeira, 1986.
- Secretaria de Finanças/Prefeitura Municipal do Salvador
Plano de Ação Financeira, 1990
- LOPREATO, F.L.C. - Evolução da Participação Estadual na Distribuição Institucional da Renda - Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.